

ANP: Desafios da Fiscalização

Audiência pública em atendimento ao REQ 58/2026
Impactos do bloqueio orçamentário previsto no Decreto nº 12.990, de 29 de maio de 2026

Comissão de Serviços de Infraestrutura

Artur Watt

Diretor-Geral da ANP

Brasília, 16 de junho de 2026



Papel da ANP

A ANP subsidia o CNPE e **implementa a política** nacional de petróleo, gás natural e biocombustíveis



Regular

Estabelecer a regulação da indústria do petróleo, gás natural e biocombustíveis, promovendo a **livre concorrência**, a **garantia do abastecimento nacional** e a **proteção dos interesses dos consumidores quanto a preço, qualidade e oferta de produtos**.



Contratar

Outorgar autorizações para as atividades das indústrias reguladas, promover licitações e assinar contratos em nome da União com os concessionários (exploração, desenvolvimento e produção).



Fiscalizar

Fazer cumprir as normas nas atividades da indústria regulada, fiscalizando diretamente ou mediante convênios com outros órgãos públicos.

Uma indústria de aproximadamente 132 mil agentes



84
grupos econômicos no E&P

A ANP regula "do poço ao posto"

5
Transportadores dutoviários de GN

2
Transportadores dutoviários de petróleo e derivados líquidos

71
Operadores de Terminais de Líquidos

4
Operadores de Terminais de GNL

49
Importadores de GN/GNL

8
Operadores de Refinarias

2
Operadores de UPGNs

265
Empresas produtoras de etanol

46
Empresas produtoras de biodiesel

4
Empresas produtoras de biometano

130.260
Revendedores e consumidores regulados

258
Distribuidores

806
Importadores & Exportadores

159
Produtores de Lubrificantes e rerefinadores

Downstream: mais de 131 mil agentes de mercado



- 19 refinarias
- 359 produtores de etanol
- 59 produtores de biodiesel
- 152 produtores de lubrificantes
- 15 rerrefinadores de lubrificantes
- 959 agentes de comércio exterior
- 12 produtores de biometano

1.575 Fornecedores

271 Distribuidores

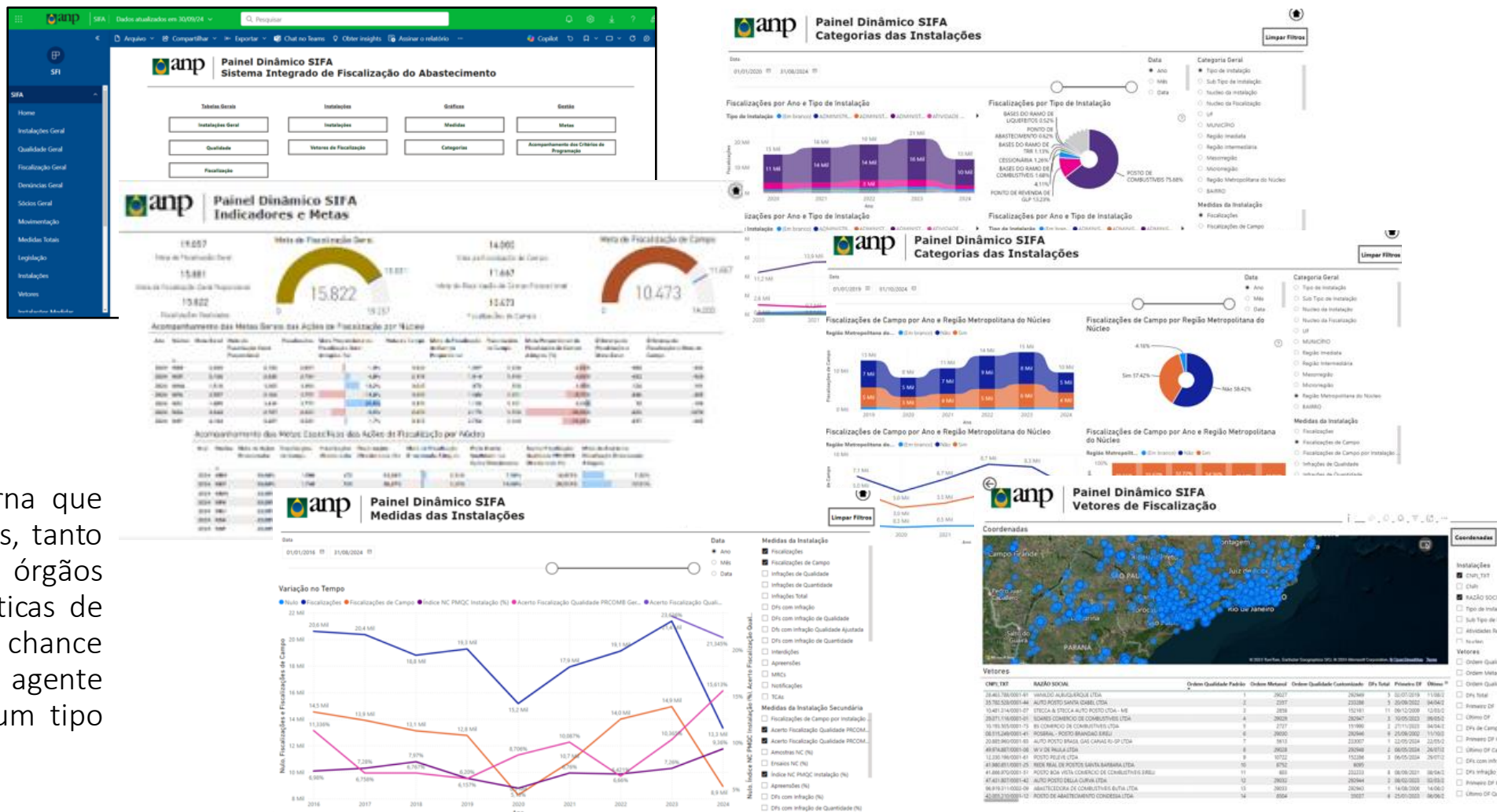
- 186 distribuidores de combustíveis líquidos
- 20 distribuidores de GLP
- 9 distribuidores de combustível de aviação
- 21 distribuidores de solventes
- 35 distribuidores de asfaltos



- 497 TRR
- 52 TRR-NI
- 29 coletores de lubrificantes
- 134 consumidores industriais de solventes
- 25.792 pontos de abastecimento
- 303 revendedores de aviação
- 59.369 revendedores de GLP
- 46.084 postos revendedores de combustíveis líquidos

130.260 Revendedores e consumidores

Novas Ferramentas: Inteligência de Dados (SIFA – Sistema Integrado de Fiscalização do Abastecimento)



Conceito:

Sistema (BI) de utilização interna que integra diversas bases de dados, tanto da ANP como de outros órgãos públicos, e aplica várias heurísticas de análise de dados para avaliar a chance (análise de risco) de um agente regulado estar cometendo algum tipo de irregularidade no setor.

Novas Ferramentas: Parcerias para a Fiscalização (Acordos de Cooperação Técnica – ACTs)

A Agência possui atualmente **32 acordos** de cooperação técnica vigentes com órgãos públicos, dos quais **19 são com Procons** estaduais ou municipais e **4 com Órgãos Metrológicos locais**, que ampliam a capacidade de fiscalização em todo o país.

Adicionalmente, destacamos o acordo de cooperação técnica firmado com plataforma **Mercado Livre** que permite à ANP remover diretamente anúncios de produtos irregulares vendidos na plataforma, incluindo **metanol** revendido como combustível e **lubrificantes falsificados**, impedindo sua comercialização e protegendo o consumidor.



← Notícias

COMÉRCIO IRREGULAR | LUBRIFICANTES

ANP e Mercado Livre se unem contra crimes envolvendo lubrificantes falsificados e revenda de metanol

Publicado em 28/06/2024 por Alessandra de Paula



Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis

O que você procura?

Assuntos > Fiscalização > Fiscalização do abastecimento > Convênios e acordos de cooperação técnica

Convênios e acordos de cooperação técnica

Publicado em 16/10/2020 10h10 | Atualizado em 14/05/2026 15h23

Compartilhe: [f](#) [x](#) [in](#) [s](#)

A legislação (Lei nº 9.478/1997, Decreto nº 2.455/1998 e Lei nº 9.478/1999) atribui à ANP a responsabilidade de fiscalizar as atividades integrantes da indústria do petróleo, gás natural e biocombustíveis, diretamente ou mediante convênios com outros órgãos da União, estados, Distrito Federal ou municípios.

A Superintendência de Fiscalização do Abastecimento (SFI) da ANP atua na construção de cooperações institucionais para a realização do trabalho de fiscalização no território nacional. São três as principais formas de parcerias: acordos de cooperação técnica e operacional, ações conjuntas e operações em forças-tarefa.

Nos acordos de **cooperação técnica e operacional**, a ANP celebra parcerias formais, de longo prazo, com entidades representantes do poder público. Esse processo permite trocas permanentes de informações e os parceiros podem utilizar as atribuições da Agência para atuar na fiscalização do mercado de combustíveis de forma direta e individual. Como exemplos, temos os órgãos de proteção e defesa do consumidor, como Procons e Secretarias de Fazenda Estaduais, que possuem parcerias dessa natureza. Os acordos institucionais formais contribuem para o fortalecimento da ação regulatória e ampliam a capilaridade da fiscalização, envolvendo ações fundamentadas em planos de trabalho e metas bem definidas, com treinamento e intercâmbio de informações entre os órgãos envolvidos.

Novas Ferramentas: Parcerias para a Fiscalização (Doações da Iniciativa Privada e Entidades Públicas)

BIODIESEL

MME e representantes do setor de combustíveis reforçam ações para combater fraudes no mercado de biodiesel

Representantes do setor privado manifestaram interesse em doar à ANP equipamentos que aprimoram a fiscalização, permitindo a aferição da mistura do biodiesel ao diesel in loco, agilizando punições e garantindo o cumprimento do mandato

Publicado em 01/04/2025 17h04

Compartilhe: [f](#) [in](#) [wh](#) [lp](#)



- Foto: Tauan Alencar/MME

Os ministérios de Minas e Energia (MME), da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI) e da Justiça (MJ) realizaram uma reunião na terça-feira (1º/04) com representantes do setor de combustíveis para debater medidas contra fraudes no mercado de biodiesel.

O secretário Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, Pietro Mendes, destacou que a fiscalização

TAC fortalece fiscalização de combustíveis e promove acessibilidade em rede atacadista

Publicado: 09/10/2025 às 18:25

Consumidor

Como forma de recompor os danos coletivos, o Atacadão Dia a Dia doou à ANP equipamentos para a fiscalização de combustíveis, reduzindo riscos de fraude

Na tarde desta quinta-feira, 9 de outubro, como fruto de um **Termo de Ajustamento de Conduta (TAC)** firmado entre o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT) e o supermercado Atacadão Dia a Dia, foi feita pela rede atacadista a doação de um espectrofotômetro portátil de última geração à Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) como forma de recompor os danos coletivos. O TAC celebrado com a Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor (Prodecon), em junho deste ano, após constatação de ausência de carrinhos elétricos destinados a idosos ou pessoas com mobilidade reduzida, também estabeleceu prazo para que a empresa promovesse uma ampla adequação de suas lojas às normas de



NOTÍCIAS, AVISOS E COMUNICADOS

Fiscalização de combustíveis: ANP recebe doação de equipamentos para detectar teor de biodiesel no diesel

3 minutos de leitura



ação de quatro equipamentos chamados espectrofotômetros para detectar, durante fiscalização em campo, o teor de biodiesel no óleo diesel. O teor máximo de biodiesel no diesel comum está definido em 14% e, conforme decisão recente do Conselho Nacional de Petróleo (CNP), passará a ser de 15% a partir de 1º de agosto. Um dos equipamentos foi doado pelo setor, será entregue na semana que vem em Brasília, onde também será utilizado em ações de fiscalização.

As doações foram realizadas pelo Instituto Combustível Legal (ICL), associação sem fins lucrativos que promove o desenvolvimento e o aprimoramento de boas práticas no setor de combustíveis, em parceria com o Mercado: Sindicato Nacional das Empresas Distribuidoras de Combustíveis (Sindicom); Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (Abiove); Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (Abiove); Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (Abiove); e Associação dos Produtores de Óleo de Soja (Aprosoja).



Novas Ferramentas: Parcerias para a Fiscalização (Doações da Iniciativa Privada e Entidades Públicas)

Doações de novos equipamentos (Espectrofotômetros FT-IR):

- Recebimento do MP do Sergipe, em janeiro de 2025, do primeiro equipamento doado através da participação como terceira parte em um Termo de Ajuste de Conduta (TAC).
 - Recebimento em julho de 2025 de 5 equipamentos pela iniciativa privada (ICL e Produtores de Biodiesel).
 - Recebimento em outubro de 2025 da Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor do MP-DFT (Prodecon) doação de mais um equipamento.
 - Assinatura em março de 2026 de acordo com o Procon/BA para utilização de mais dois equipamentos, sendo um de uso exclusivo pela ANP e outro pelo Procon, através de ACT com a ANP.
- 7 equipamentos em campo no país + 2 em breve



Novas Ferramentas: Parcerias para a Fiscalização (Doações da Iniciativa Privada e Entidades Públicas)

Espectrofotômetro FTIR para realizar testes de campo:

Permite a detecção rápida e precisa de substâncias como o teor de biodiesel no óleo diesel e a presença de metanol na gasolina e no etanol.



Resultados: Fiscalizações e Interdições

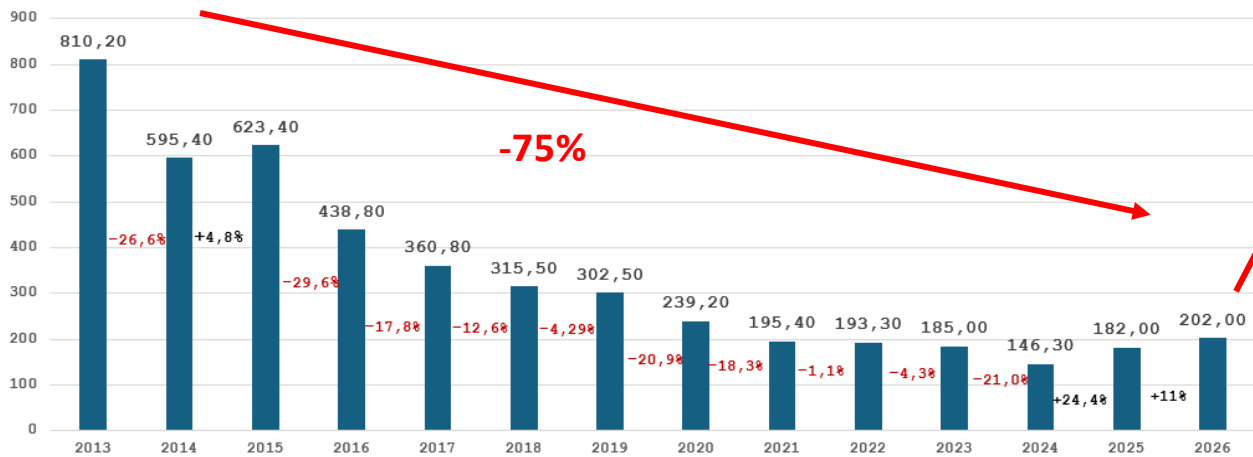
Estados	Ação de Fiscalização Utilizando FTIR em Campo
AL	53
BA	149
ES	23
GO	78
MG	207
MS	2
MT	10
PR	48
RJ	193
RN	14
RS	46
SC	1
SE	39
SP	41
Total Geral	904

Estado	Interdições Óleo Diesel
AL	5
AM	1
BA	26
DF	1
ES	1
GO	9
MG	5
MS	5
PA	6
PR	29
RJ	23
RR	1
RS	21
SC	3
SE	1
SP	10
Total Geral	147

Desafios: Estrutura e Restrições operacionais da ANP



Estrangulamento Orçamentário



Corte orçamentário 2026

Bloqueio de R\$ 38,1 milhões do orçamento da ANP em 1 de junho.

-80%



INFRA
Corte nas agências reguladoras: uma economia que pode custar bilhões
 Em artigo à CNN, o advogado, Cássio Lourenço, afirma que, ao reter cerca de 18% do orçamento das reguladoras federais em meio à maior agenda de investimentos em infraestrutura em décadas, o governo encarece o capital, fragiliza a segurança jurídica e adia obras
* Cássio Lourenço Ribeiro
 08/05/26 às 07:00 | Atualizado 08/05/26 às 07:00



Ministério do Planejamento e Orçamento - Agência Brasil/Itza Plaza

- Obs: Variação sobre a LOA de 2013 corrigida pelo IPCA
- Iniciativas em andamento no Congresso Nacional para fortalecimento da ANP: **PL 399/2025**; **PLP 109/2025**

Desafios: Operação Carbono Oculto

Cooperação Institucional Histórica entre o Ministério Público do Estado de São Paulo (Gaeco) e a Receita Federal do Brasil com participação de diversos órgãos estaduais e federais.

Objetivo Principal: combate a esquemas de fraudes e lavagem de dinheiro em toda a cadeia de combustíveis brasileira.

No mesmo dia também foram realizadas as operações Tank e Quasar, coordenadas pelos Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP) e a Polícia Federal (PF), o Ministério da Fazenda e a Receita Federal, em parceria com outros órgãos e com escopo análogo e complementar à operação Carbono Oculto.

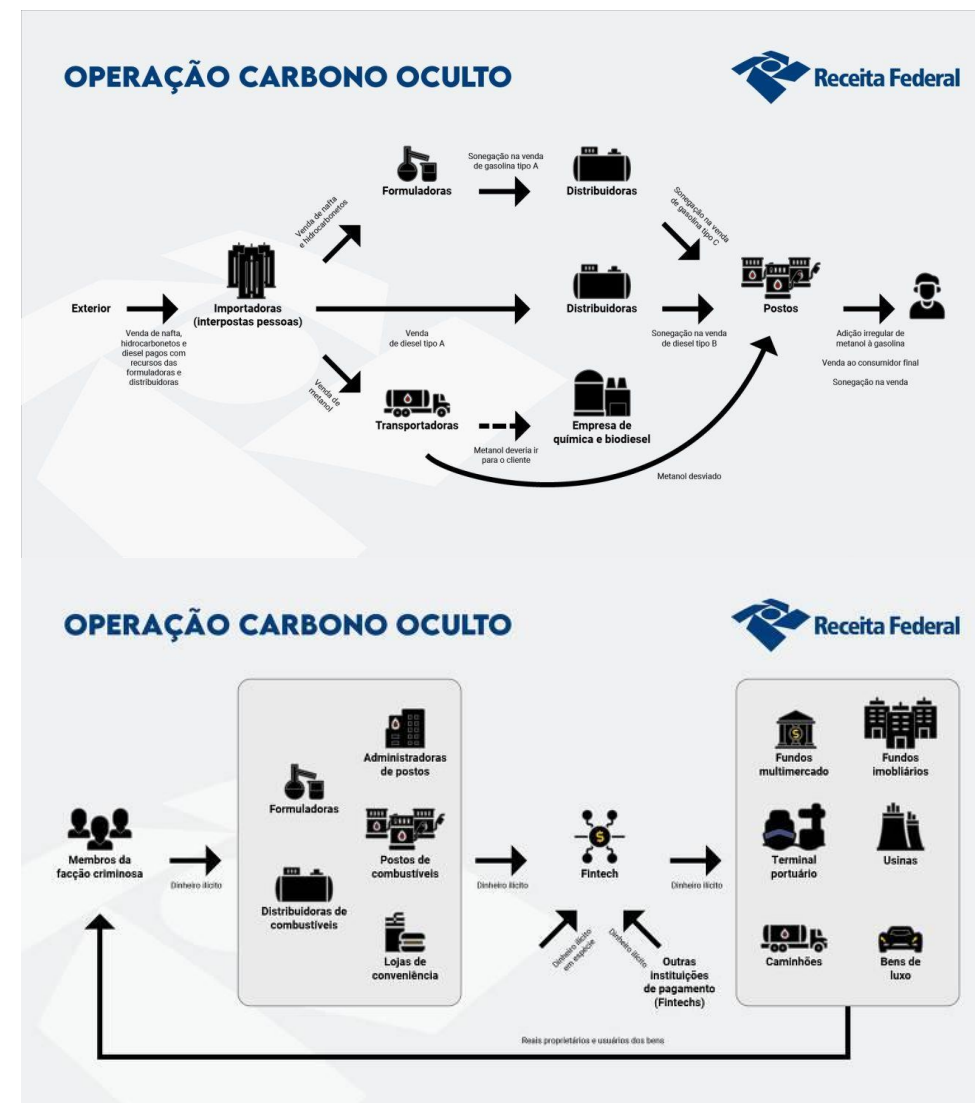
É a maior operação de combate ao crime organizado, por diversas métricas, e envolvendo o setor de combustíveis e o setor financeiro.



Desafios: As Diferentes Esferas da Operação Carbono Oculto

Importante ressaltar que a operação Carbono Oculto contou com a participação e articulação de diversos órgãos, porém seus desdobramentos se dão em diferentes esferas, com cada órgão responsável por sua área de competência.

- **Financeira:** Sob competência da Receita Federal, que no dia seguinte a operação já editou normativo para maior controle de fundos e fintechs.
- **Tributária:** Vários projetos de lei envolvendo o tema passaram a tramitar de forma acelerada no Congresso, tal como o do devedor contumaz.
- **Legal:** Projetos como o da criminalização do furto de combustíveis passaram a tramitar de forma acelerada no Congresso.
- **Segurança Pública:** Com a retomada do andamento da PEC para a criação do Sistema Único de Segurança Pública (Susp).
- **Criminal:** O próprio desfecho das investigações das operações Carbono Oculto, Quasar e Tank.
- **Fiscalizatória e Regulatória:** Essa sob atribuição específica da ANP e que será tratada a frente.



Desafios: ANP e a Operação Carbono Oculto

Participação Ativa da ANP:

- **Inteligência estratégica:** Forneceu informações essenciais para rastrear a comercialização irregular de metanol e nafta.
- **Fiscalização da ANP:** Em conjunto com as demais forças-tarefas, as equipes da ANP participaram de buscas, apreensões e coletas para análises laboratoriais no dia da operação em quatro locais: Rio de Janeiro/RJ, São Paulo/SP, Cerquilha/SP e Curitiba/PR
- **Foco agora da ANP:** Nos desdobramentos dos levantamentos de informações das buscas e apreensões para avaliação, no que cabe à esfera de competência da ANP (tanto regulatória como fiscalizatória), para as providências necessárias.



Desafios: Operações Fluxo Oculto e Khalas

A **Operação Khalas**, desdobramento da Operação Primus, foi deflagrada em 21 de maio de 2026 pelo Ministério Público da Bahia (MPBA) e pela Secretaria da Fazenda (Sefaz-BA) com o apoio da Polícia Civil da Bahia (Draco) e da ANP para desarticular uma macroestrutura criminosa de sonegação fiscal e corrupção no setor de combustíveis na Bahia.

OPERAÇÃO KHALAS

Força-tarefa da Sefaz-BA, MPBA e Polícia Civil desmonta esquema no setor de combustíveis

PREJUÍZO ESTIMADO: R\$ 400 milhões

111 milhões de litros desviados

3 presos

13 mandados de busca e apreensão

CIDADES: Salvador, Feira de Santana, Camaçari e Candéias

2 emendas municipais afetadas

ONDE A OPERAÇÃO ATUOU: Feira de Santana, Camaçari, Salvador, Candéias

CÓMO O ESQUEMA FUNCIONAVA:

- 1 Importação de rufta e solventes
- 2 Desvio para destiladores clandestinos
- 3 Adulteração e empacotamento artificial do volume
- 4 Distribuição irregular e sonegação fiscal

ORGÃOS PARTICIPANTES: MPBA, SEFAZ-BA, POLÍCIA CIVIL DA BAHIA, CIPFAZ

FRAUDE, DESVIO E SONEGAÇÃO NÃO ABASTECEM O BRASIL. COMBATER É NOSSA MISSÃO.

Área digital criada por Carlos Augusto com IA
Fotos: Leo Moreira e Acosm do MPBA
Jornal Grande Bahia (JGB)

A **Operação Fluxo Oculto**, deflagrada de forma conjunta em 28 de maio de 2026, é uma grande ação de inteligência voltada a desmantelar um esquema bilionário de lavagem de dinheiro do PCC no setor de combustíveis e em instituições financeiras digitais. Conduzida pelo Ministério Público de São Paulo (MPSP/GAECO) e pela Receita Federal, com o apoio da ANP. Ela representa a segunda fase da Operação Carbono Oculto.



Considerações Finais:

- Risco da **Instabilidade orçamentária**: suspensão de programas como o PMQC e restrições a realizações de fiscalizações.
- Monitoramento constante para **evitar o crescimento de fraudes** e irregularidades no setor.
- **Parcerias** com outros órgãos nas diferentes esferas do poder público e iniciativa privada.
- **Aproximação e parcerias com o setor privado.**
- Foco em Operações: **Carbono Oculto, Cadeia de Carbono e investigação conjunta de adulteração por Metanol, Diesel e outras fraudes**
- Investimento e capacitação em **novas tecnologias** como Inteligência Artificial, novos sistemas e novos equipamentos de campo.
- Não existe **“bala de prata”**: abordagem de fiscalização em **várias frentes.**

OBRIGADO

Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis

Av. Rio Branco, 65 – Centro – Rio de Janeiro
12º ao 22º andares

Telefone: (21) 2112-8100

